

2º E ÚLTIMA ETAPA DOS LEVANTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS GAVIÕES DE OESTE (P.I; MÃE MARIA) e SURUI (P.I; SORORÓ) - PARÁ, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO X CUMUNITÁRIO

Diante do acelerado desenvolvimento de toda a região do Médio Tocantins cantins, aponta-se a necessidade de elaboração imediata e urgência de execução de um programa de desenvolvimento comunitário junto aos índios que habitam a região - estão incluídos aqui os grupos Gaviões de Oeste, Surui, Parakanã e Assurini. Realizamos assim para este objetivo a segunda e última etapa dos levantamentos preliminares junto aos índios Gaviões de Oeste do P.I. Mãe Maria e Surui do P.I. Sororó ^{Pará,} no período compreendido entre 20 de maio a 20 de julho do corrente ano, através do Convênio USP-FUNAI (firmado em fins de 1974), com a colaboração do "Campus" Avançado de Marabá.

§ A metodologia utilizada foi a observação participante de campo, além de entrevistas exploratórias com diversos membros das duas aldeias ^vaviões (km 30 e 34 da Rodovia Estadual PA-070) e da aldeia Surui do P.I. Sororó. Foram enfatizados principalmente os problemas, interesses e necessidades por eles mesmos apontados, como pontos passíveis de serem solucionados a medio prazo, visando a melhoria de suas respectivas condições de vida e sobrevivência enquanto grupos diferenciados, evitando uma "integração" desordenada numa região onde o processo de desenvolvimento vem avançando desmesuradamente.

§ Nosso trabalho também abrangeu a continuação de um levantamento de dados etnográficos - sistema de parentesco, atividades econômicas e cerimoniais - necessários tanto para nossos objetivos de elaboração do projeto como para futuros estudos acadêmicos.

I

O trabalho junto a este grupo esteve, na primeira etapa (janeiro e fevereiro) aos cuidados do Prof. Renato da Silva Queiroz (Antropologia - USP), que por compromissos academicos neste período (maio a julho) ausentou-se temporariamente dos trabalhos de campo, devendo retomá-los num futuro próximo. Assim, os levantamentos ^{junto ao} grupo *fram por não concluídos.*

§ Os aspectos abordados serão praticamente os mesmos apontados como relevantes em nosso 1º relatório apresentado em março deste ano à Fundação Nacional do Índio e à USP, signatários do Convênio. Os tópicos serão, para os dois grupos visitados, Gaviões e Surui, praticamente os mesmos, a saber: castanha e propriedade da terra, agricultura, pecuária, saúde (alimentação, higiene) - quanto a estes 3 últimos aspectos contamos com a colaboração dos agrônomos, veterinários, médicos e dentistas que na época atuaram no CAUSP de Marabá - educação, atividades na aldeia (cerimoniais, etc.) e a relação de intercâmbio com a sociedade envolvente.

para
Luzia Formoso
Marta Gaviões
junto
aos

§ Trataremos inicialmente da situação atual dos índios Gaviões, dando continuidade às observações feitas no princípio deste ano, ocasião de nossa 1ª visita ao grupo, para em seguida passarmos à situação dos Surui, onde permanecemos durante 10 dias aprox. (início de julho), ~~junto com Dr. João Paulo Botelho Vieira Fº, da Escola Paulista de Medicina, que se encontrava na região em visita a diversos grupos indígenas, como faz anualmente.~~

§ Agradecemos à colaboração do Dr. João Paulo Botelho Vieira Fº (que nos acompanhou na visita aos Surui) e do Dr. Walter Labonia Fº, da Faculdade de Medicina da USP, que iniciou o cadastramento clínico dos membros das aldeias Gaviões, em especial a Prof. Loyola Ferriz e ao Prof. Rubens Andrello, ambos da Faculdade de Educação da USP, que tão gentilmente nos forneceram todo o apoio necessário ao trabalho de campo, durante sua permanência junto à Diretoria do "Campus" Avançado da USP de Marabá. E também à Regina Maria Rodrigues Giovanetti, da ^{Superior} Escola de Agronomia "Luiz de Queiroz" (Sorocaba) ~~além de Oscar Böller, da Faculdade de Veterinária da USP~~ pela assistência prestada aos Gaviões durante sua atuação junto ao CAUSP.

Neste trabalho, nossos agradecimentos pela ~~antiga~~ ^{atuais} colaboração de Saulo Petean e Edi Rodrigues, funcionários do P.I. Mãe Maria.

~~é necessário ressaltarmos, ...~~

§ É necessário ressaltarmos de imediato certas dificuldades que nos foram criadas ao chegarmos em campo. A primeira delas, diz respeito às atitudes do ex-chefe do P.I. Mãe Maria, Sr. Osmundo dos Anjos que, em nossa ausência soubemos (pelos próprios índios) ter difundido entre os elementos das aldeias Gaviões a imagem de que "todas estas pessoas que vem aqui para estudar e ajudar vocês, ganham muito dinheiro com tudo que vocês ensinam". Comentários inescrupulosos deste tipo, feitos pelo ex-funcionário do P.I., foram extremamente prejudiciais aos nossos trabalhos (durante os primeiros 20 dias) e ao da linguista, que há quase dois anos vem realizando um levantamento ~~etnográfico~~ pioneiro do grupo. Fomos obrigados a esclarecer mais uma vez uma série de pontos junto aos índios que, devido a tais atitudes, encontravam-se, naturalmente ressentidos. § Após a reconquista da confiança dos índios, indispensável ao nosso trabalho, como se não bastasse, o mesmo funcionário (atualmente em expedição no Rio Cajazeiras, na frente de atração dos Parakanã) tentou criar problemas na 2ª DR de Belém quanto à nossa permanência em campo, alegando "interferência na vida dos índios". Com isto, aquela Delegacia Regional — que ^{já} alegava desconhecimento dos termos do Convênio USP-FUNAI bem como de certas normas de trabalho científico de campo em antropologia por nós obedecidas — resolve proibir a nossa permanência na aldeia após 21 hs., proibição esta que se estendeu durante quase um mês prejudicando extremamente nosso trabalho — considerando-se, principalmente, que era o início de um ciclo de cerimoniais nas aldeias, os quais não se realizavam há mais de 15 anos e que, portanto, necessitavam de estudo e documentação. Isto, além de proibir o chefe do posto de nos fornecer quaisquer informações. § Estas questões foram pessoalmente resolvidas por nós junto àquela Delegacia Regional, ~~para a interferência de Sua Alteza Real~~ assim, só no mês de julho, quando o atual chefe do P.I. Mãe Maria, Sr. Saulo Petean, assumiu o seu cargo (com grande atraso em relação à sua nomeação — março) é que tivemos condições favoráveis de trabalho junto ao grupo.

GAVIÕES - P.I. MÃE MARIA

Aldeia junto à sede - km 30 da PA-70

Considerando ~~as~~ as diferenças históricas existentes entre os dois grupos de Gaviões que habitam atualmente a Reserva de Mãe Maria, já apontadas em relatório anterior (supra mencionado), trataremos primeiramente dos aspectos referentes à aldeia junto à sede do P.I., onde inclusive permanecemos por mais tempo.

CASTANHA E PROPRIEDADE DA TERRA

§ Como abordamos em relatório anteriormente apresentado, estes dois itens — castanha e propriedade da terra — sempre caminharam juntos em toda a história dos Gaviões ~~— coletores e caçadores por excelência —~~ que desde o contato com a sociedade envolvente, tiveram a castanha como 'personagem' central da esfera econômica de sua vida e de sua dependência em relação à própria sociedade abrangente.

¶ Quanto à situação das terras habitadas pelos índios Gaviões — exatamente área de ocupação histórica — dispomos de uma cópia do Decreto—Lei nº 4503 de 28 de setembro de 1943, aprovado e assinado pelo Interventor Federal do Estado do Pará, que "concede de modo definitivo aos índios "Gaviões", um lote de terras devolutas do Estado, situado ~~XXXXXXXXXX~~ no rio Tocantins, no município de Marabá ...

(Art. 1º) com duas (2) léguas de frente por quatro (4) de fundos e limitado na frente pelo travessão das propriedades demarcadas sob as designações de "Mãe Maria" e "Jacundá de Cima"; dos lados pelos igarapés Jacundá de Cima e Fleixeiras; nos fundos por uma linha imaginária tirada entre estes dois igarapés." (SIC) e *VIDE MAPA ANEXO*

Vemos assim que, a posse da terra que atualmente habitam (exatamente a área de ocupação histórica dos Gaviões) lhes foi garantida muito antes de serem transferidos para o local, em 1966.

¶ Tivemos a oportunidade de ver, no arquivo da 2ª DR, uma série de contratos antigos de arrendamentos efetuados nesta área a terceiros para fins de extração de castanha na Reserva de Mãe Maria. Conforme Estatuto do Índio" (Lei nº 6001, 19/12/75),

¶ "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qual

quer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas" (^{"Estatuto do Índio"} ~~Art. 18~~ Título III, Capítulo I, Art. 18). [§] Cessaram-se assim os arrendamentos a terceiros efetuados pela própria entidade protetora mas não, no caso da reserva de Mãe Maria, a "contratação pela FUNAI de "serviços" de "civilizados" (nos mesmos moldes de arregimentação de mão de obra regional sem vínculos empregatícios) para o trabalho temporário da coleta da castanha dentro da própria área indígena, uma vez que, segundo os próprios funcionários da FUNAI, "os índios da reserva não são em número suficiente para coletar toda a castanha", abundante na área indígena, e principal produto da economia regional.

Quanto a este ponto, observemos a legislação específica em vigor: "Nessas áreas (reservas) é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa"

^{"Estatuto do Índio"} (Título III, Capítulo I, Art. 18, Parágr. 1º) [§] ^{como o é} que ocorre é que a prática pode ser sancionada, ^{no caso da extração da castanha} ^{efetuada} mediante simples arregimentação anual de mão de obra regional (por 5 meses aproximadamente) por parte do próprio chefe do Posto, ^{prática} ^{representante local da FUNAI} esta que vem se efetuando normalmente há tempo indeterminado. Este conhece a capacidade de trabalho de certos castanheiros (coletores) da região - que são geralmente os mesmos em todas as safras - que vem procurar trabalho no Posto, sempre em turmas, em tempo de safra ^é um castanheiro ^{geral} ~~que~~ sub-aloca a mão de obra de alguns "amigos"), onde já têm a garantia do trabalho temporário. São, geralmente, "conhecidos" do chefe do posto.

Vamos à situação real e concreta, a safra deste ano, do P.I. Mãe Maria.

Tomemos o processo de produção ~~da~~ (extração) da castanha no P.I. Mãe Maria) desde o início. Por volta de setembro, outubro, (fim do "verão" na região) começam os trabalhos de preparação da safra da castanha, (chamaremos trabalhos "pré-safra") ou seja, construção de pontes e mata-burros, limpeza de "colocações", caminhos, estradas, e abertura de pastagens. [§] A verba inicial para estes trabalhos provém dos 45% do total da renda obtida no ano anterior, que é redistribuída pelo DGPI ^{ref. informações obtidas em Del} para o re-

financiamento da produção do ano seguinte. (VER ADIANTE pág. 11). Estas tarefas ~~podem ser realizadas pelos próprios índios ou por "civilizados", a pedido do chefe do Posto.~~ ~~Em dezembro começam a ser enviadas de Belém para os "barracões" do Posto (km 30, 25 e 15) - pelo caminhão da FUNAI que fará todo o transporte da safra - as mercadorias que abastecerão os trabalhadores durante todo o tempo de safra. Em Belém (2º DR) abre-se, num período anterior, uma concorrência pública para os fornecedores destas mercadorias (principalmente gêneros alimentícios, instrumentos de trabalho e munição).~~

Nesta época inicia-se a arregimentação da mão de obra regional, (pe-
los próprios funcionários do P.I.) que opera na categoria de "contra-
tação de serviços", mas que na verdade é o próprio trabalho braçal sem
vínculos empregatícios, sistema idêntico ao que vigora em toda a re-
gião. Segundo este esquema, trabalharam nesta safra, aproximadamente 30 (trin-
ta) castanheiros "civilizados" ^{30 índios,} 3 tropeiros e 3 fiscais da safra (1 de
les índio, pela primeira vez este ano). Estes últimos são os únicos que
recebem remuneração mensal ^{R\$} 450,00 ^{mes} de dezembro a abril - pelo trabalho
de auxiliar na medição da castanha, vigiar a mata e carregar o caminhão
que transporta o produto até Belém.

Todos estes trabalhadores ficam submetidos ao regime do "barracão" ^{do Posto} para
aviamento de mercadorias ("rancho") a que nos referimos acima, - que
são "compradas" do próprio "patrão", ^{i.e. os próprios funcionários do P.I.} ~~(para consumo próprio e da fami-
lia)~~ que controla o "barracão" e diz^m vendê-las a "preço de custo" ^{p/ os índios} sem
oferecer alternativas (como ~~os outros~~, comprar em qualquer outro lu-
gar que preferam). Assim, os coletores de castanha, índios e "civiliza-
dos" ~~(os castanheiros)~~ tropeiros e fiscais abrem uma "conta" de avia-
mento no barracão do P.I. (dos três em funcionamento, dois são mais
"ativos" por se encontrarem mais próximos aos castanhais, justamente
aqueles dos postos de medição dos km 25 e 15), onde funciona um esque-
ma de movimentação desta conta em termos de débito (retirada de avia-
mento) e crédito (entrega de castanha devidamente cortada, e lavada e
medida
pelo próprio castanheiro ~~e medida~~).

As mercadorias vendidas nos "barracões" parecem realmente
ser algo mais baratas do que as vendidas em armazéns
de Marabá. No entanto, o preço destes bens (conforme observado
por nós através das Notas de Aviamento fornecidas pelo chefe do
P.I.) apresenta uma oscilação durante praticamente toda a
safra, ora aumentando, ora baixando de preço, fato aparentemente
inexplicável. Isto foi observado por nós quanto ao preço do
1/2 kg. do pó de café, por exemplo, um produto de preço con-
trolado (R\$ 12,00, depois R\$ 14,00, R\$ 13,00 e R\$ 12,00 novamente).

Estes indivíduos, castanheiros, índios e "civilizados", tropeiros (exceto os fiscais que recebem no fim de cada mês) são pagos quando já apresentam uma produção suficiente e gastos igualmente suficientes para que ao P.I. não falte verba, a qual é solicitada à 2ª DR na medida em que ^{vai sendo} necessária. Para isto, não há um critério fixo; às vezes ^{os} ~~eles~~ próprios ^{trabalhadores} pedem ao chefe do P.I., para ^{tira} ~~receber~~ "saldo" quando precisam de dinheiro para comprar algo fora do "barracão" (como roupas por exemplo). ^{ou aceitar dívidas contraídas anteriormente, o qual} Assim, ^{todos os trabalhadores} quando retiram saldos durante a safra recebem uma Nota de Aviamento (NA), - um impresso em nome da 2ª DR - do "rancho" acumulado que vinha sendo tirado até então; outra conta é aberta e assim sucessivamente até o fim da safra. ~~Expresso~~

Os castanheiros entregam a castanha lavada para ser medida; raramente assistem à medição, trabalho que é realizado pelos fiscais, pelo braçal - funcionário do P.I. - pelos próprios ^{coletores (índios e "civilizados")} ~~índios~~ e tropeiros, que às vezes auxiliam a encher a medida, o "hectolitro" (uma caixa padrão, de madeira). Logo após a medição - realizada para a produção individual de cada trabalhador (exceto para a castanha coletada pelos índios da aldeia da Ladeira Vermelha, que produzem coletivamente) ^{geralmente é} ~~é~~ fornecida uma Nota de Produção (NP) nominal para cada trabalhador, tradicionalmente conhecida como "vale" - toda a castanha que é entregue corresponde a uma NP. Nesta, consta a discriminação da quantidade de hectolitros de "Castanha do Brasil extraída da Colocação ...", o preço unitário (do hl) e o total a receber. Estas NP são assinadas pelo chefe do Posto e pelo trabalhador (coletor ou tropeiro). ^{Subtraindo o valor} de uma NA (onde constam ^{os} "ranchos" retirados várias vezes do "barracão") do valor de algumas NP, ~~eles~~ obtêm o "saldo" a que nos referimos. Este esquema de "barracão" controlado pelo "contratante de serviços" no P.I. Mãe Maria vem funcionando desde que o grupo se transferiu definitivamente para as terras que habitam atualmente.

Assim, foram contratados cerca de 30 castanheiros "civilizados" para trabalhar em Mãe Maria este ano em mais de 20 (vinte) colocações de castanha - grandes castanhas exclusivamente explorados pela FUNAI, ou seja, onde trabalham apenas aqueles castanheiros, coletores "civilizados" pagos este ano à razão de 30,00 cruzeiros por hectolitro de castanha.

INDÍOS

Um igual número de indivíduos - 15 ^{índios (homens, adultos)} ~~homens~~ da aldeia junto à sede do P.I. (mais algumas mulheres que ajudaram os maridos no trabalho nas colocações) mais cerca de 15 ^{índios} ~~homens~~ da aldeia da Ladeira Vermelha (km 34 da PA-70) também "trabalharam para a FUNAI", como eles mesmos dizem, durante 5 meses aproximadamente (como vem ocorrendo todos os anos) ^{cerca de} ~~em~~ ¹⁰ colocações exclusivamente exploradas por eles, ou seja onde trabalham apenas castanheiros, coletores índios. Conforme preço fixado este ano para "castanha de índios", eles foram pagos à razão de 35,00 cruzeiros por hl de castanha cortada e lavada por eles mesmos, ~~de acordo com os preços~~, que geralmente trabalham em "parceria" nos castanhais (amigos formais).⁴

Esta diferença de 5,00 (cinco) cruzeiros ~~corresponde~~ ^{corresponde} apenas ao pagamento da mão de obra, não se justificando assim a argumentação (de funcionários da 2ª DR) de que "os índios foi o que mais ganhou nesta safra", na medida em que, conforme os dispositivos legais, sendo uma reserva indígena, cabe aos índios o "usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes na área indígena", bem como não integram o Patrimônio Indígena "... os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral" (dos silvícolas) - "Estatuto do Índio"? Título IV, Art. 41, item II, grifo nosso.

7 Ainda quanto à produção mesma, enquanto um momento de todo o processo produtivo da forma como ele vem funcionando na região, é interessante esclarecermos a questão dos tropeiros, como uma outra parte da mão de obra arregimentada para o trabalho na safra da castanha.

40

É interessante observarmos que no município de Marabá (e em toda a região produtora de castanha, onde o esquema é praticamente o mesmo, ^{a remuneração} ~~na~~ ~~expressa~~ ^{da} mão de obra nesta safra foi ~~de~~ entre 15,00 e 18,00 cruzeiros por hl. para os coletores e 10,00 cruz. para os tropeiros, sendo que o preço mínimo de venda do produto fixado pela Comissão de Financiamento da Produção para este ano foi de 82,00 cruzeiros por hl (preço mínimo pelo qual a castanha foi vendida em Marabá aos exportadores). A baixa remuneração da mão de obra ^P foi devida nem tanto à baixa do preço do produto no mercado internacional - pois quase toda a produção de "Castanha do Brasil" (do Pará) se destina à exportação - mas principalmente ao pagamento ~~atrasado~~ ~~mento atrasado~~ a ser efetuado neste ano à Comissão para o Financiamento da Produção de 1974, do Banco do Brasil. No ano passado, ~~p~~ os produtores alegaram perda parcial da safra devido às enchentes, coisa que não havia ocorrido; na verdade houve especulação e a castanha apodrecera nos depósitos à espera de preço. Conclusão - baixa do preço da mão de obra. O que ocorreu é que neste ano todos os regionais queriam "trabalhar para a FUNAI", conforme o comentário de um morador (castanheiro) de S. Félix, "foi ~~ele~~ [a FUNAI] que falou mais esse ano por aqui".

Havia no início desta safra em Mãe Maria 3 tropeiros, de São Félix, "contratados" no mesmo ~~XXXXX~~ esquema dos coletores, que há alguns anos trabalham para a FUNAI. Mais tarde, um deles saiu porque estava doente (gripe), dizendo ^{então} que não poderia mais trabalhar. ~~então~~. Os outros dois continuaram até o final da safra, tempo em que ficaram morando junto ao km 25, assim como os "fiscais" (local de um dos depósitos e posto de medição de castanha). Cada um possui uma tropa de 5 burros, que são alimentados nas pastagens abertas próximas às colocações dentro da área indígena (vide trabalho pré-safra, mencionado anteriormente). 5

Os tropeiros apanham a castanha de cada coletor, nos ramais das colocações. Sete latas de querosene (18 ^{litros} cada) ~~XXXXXXXXXX~~ enchem um saco de estopa (esta é a medida nos castanhais pela qual geralmente os ^{proprietários} ~~trabalhadores~~ controlam sua produção) que corresponde a ^{um} hectolitro no final, i.e. quando entregam o produto no posto de medição oficial do P.I. Por hl transportado, os tropeiros recebem 9,00 cruzeiros que correspondem a um "tombo" - distância mínima entre o ramal da colocação e o posto de medição - jornada que equivale a um dia de trabalho, uma viagem. Na região, a média era em geral de 10,00 cruz. para esta distância, como mencionamos. Se a distância for grande (superior a 7 km), existem categorias proporcionais de 2 e 3 "tombo", respectivamente pagos à 18 e 27,00 cruzeiros por hl. Esta última categoria constitui uma exceção, pois geralmente são pagos à razão de um "tombo", o mais frequente, e às vezes 2 "tombo".

Todos os trabalhadores "civilizados" sofrem de desconto de imposto sobre a renda ^(8%) na categoria de "prestação de serviços por terceiros"; os tropeiros, além deste, sofrem um desconto de 3% sobre frete. Paulatinamente, toda a produção vai sendo escoada, pelo caminhão da FUNAI que transporta o produto até Belém, o mercado da ~~FUNA~~ 2ª DR.

5 No início desta safra, Kokrenum, "capitão" da aldeia junto à sede, era quem vendia o milho para a alimentação dos burros a 50,00 cruz. a saca (60 kg). Este milho era colhido e debulhado pelos membros da aldeia em geral, que com a renda ^{obtida} compravam alguns gêneros de 1ª necessidade. Depois, os tropeiros deixaram de comprar o milho dos índios, que passaram a procurar compradores em Marabá.

Durante a safra há um outro elemento "civilizado" que vem "trabalhar" junto à sede do P.I. - é um soldado da PM (Marabá), "contratado" pela FUNAI para policiar a sede, impedindo a entrada de estranhos nas dependências da aldeia e do Posto. Sua função é praticamente preenchida por quaisquer outras pessoas que se encontram mais amiúde no Posto do que ele, que raramente está lá. ~~XXXXXXXXXXXX~~ O soldado que lá permaneceu este ano é uma pessoa franzina, que frequentemente apresenta sintomas de malária e outras moléstias, indo constantemente à Marabá para consultas médicas. Além disto, quando se encontra no Posto - área em que a caça e a pesca são abundantes nesta época - ele vive durante este tempo tendo garantida a alimentação de sua família (mulher, dois filhos, uma irmã e uma agregada), recebendo o soldo e ainda uma gratificação da FUNAI (2\$ DR) pelo "serviço prestado". Após o final da safra, *quando é suposto que ele vá embora,* o soldado ainda permanecia junto ao P.I., onde começou a criar certos problemas ao chefe do Posto (comentários inescrupulosos, "fofocas"), tendo sido então dispensado em ^{início de} julho.

durante o tempo de safra, A permanência de um policial junto à sede do P.I. não se mostra necessária para a função específica que tem: impedir a entrada de estranhos uma vez que os próprios membros da aldeia são os primeiros a se alertarem contra isto. Se se fosse realmente procurar uma utilidade para um soldado num P.I. situado em rica região, sua instalação seria mais racional e proveitosa para a comunidade indígena se fosse num ponto mais "estratégico" da reserva, de acesso mais fácil às riquezas naturais (castanha, madeira, etc.) como, por exemplo, ao longo da rodovia que corta a área em toda a sua extensão (18 km). ⑥

⑥ Quanto à rodovia, a PA-70, "a estrada da castanha" como é ~~xxx~~ chamada, temos algumas observações a fazer. Sem dispor de qualquer sinalização e com tráfego crescente de ônibus e caminhões principalmente (é a única via que liga Marabá a Belém, enquanto não estiver pronta a PA-082 que passa a 8 km apenas dos fundos da reserva indígena, única ~~na~~ área de caça - em extinção - dos índios da aldeia junto à sede) ela vem oferecendo perigo igualmente crescente para os transeuntes - mulheres e crianças ~~índia~~ da comunidade que se dirigem a um dos pontos do igarapé Mãe Maria para lavar roupa, louça, tomar banho, etc. mais utilizados, que é exatamente em baixo da ponte, precisando para isto atravessar a estrada.

Desta maneira, foram extraídos nesta safra 4049 hl de castanha da Reserva de Mãe Maria - produção total segundo a medida de Belém, pois como pudemos constatar observando as Notas de Produção fornecidas pelo chefe do P.I. aos castanheiros (índios e "civilizados") e tropeiros, a medida 'in loco' do produto somava 3953 hl, dos quais 2265 hl extraídos pelos "civilizados" ^(=57,2%) e o restante ~~1688~~ ^{de seja 42,8%} pelos índios, ^{isto da prod total} significa que o tradicional (na região produtora) "roubo da babeça do hl" correspondeu, neste ano, a 96 hl, ou seja, a diferença entre a medição efetuada 'in loco' e aquela de Belém, quando é vendida e que escapa aos "produtores".


Segundo dados obtidos em Belém junto à 2ª DR, os "custos de produção da castanha são elevados", considerando-se ~~xxxx~~ aviamento, mão de obra e transporte. Ainda segundo informações lá obtidas, no ano passado, o custo médio (2º) de um hl de ~~castanha~~

Tocantins de Cr\$78,00 e na do Rio Xingu de Cr\$81,00 a Cr\$83,00 - aqui mais elevado devido às alegadas "dificuldades de transporte por via fluvial" (cujo custo sabemos serem menores) para que a castanha seja vendida em Belém; se o fosse em Altamira, como queria o então responsável por aquela Base (atual Ajudância), os custos seriam evidentemente mais baixos.

Para que o mercado da produção indígena seja definido conforme os moldes ~~xxxx~~ vigentes de venda, em Belém, a 2ª DR - como "intermediária" do escoamento da produção - abre concorrência pública junto aos exportadores do produto, concorrências estas que são oficialmente feitas nas próprias dependências daquela Delegacia, para lotes de castanha. No início desta safra, a primeira concorrência foi ~~fixa~~ ganha por Benedito Mutran e Cia, para quem foram vendidos os 500 hl iniciais a 86,00 cruz. por hl e mais 500 a 90,00 cruz. Em meados da safra, abriu-se uma 2ª concorrência que foi ganha pela Cia. Industrial do Brasil, de propriedade do Sr. Chamiê, a quem foi vendido o restante da produção indígena de castanha a 91,00 cruzeiros por hl. No contrato de venda do produto, firmado entre o comprador e a ~~2ª~~ 2ª DR, consta o seguinte:

x hl de "Castanha do Brasil, com casca a granel	a	(preço unitário)
.....	(isento de imposto)	-----
		(total)


É importante observarmos ^{aqui} que toda esta produção é vendida ~~xxxx~~ aos exportadores como isenta de tributação, por se tratar de "produto indígena", conforme os dispositivos legais. No entanto, nem toda a produção é dos ^(na percentagem acima) índios, e, por outro lado, os "civilizados" sofrem descontos na fonte, conforme apontamos anteriormente.

 A espera da tal resolução, os referidos "capitães" reclamavam que "seus homens" já haviam recebido e eles ainda não. O que ocorre com isto é que ^{* além de haver} ~~há~~ uma supervalorização dos "capitães" (quase transformados em "super-capitães", ^{que já não cumprem mais suas funções tradicionais de redistribuição}) ~~e assim adquirem~~ ^{que já não cumprem mais suas funções tradicionais de redistribuição} ~~adquirem~~ um prestígio "empresarial" junto ao grupo, algo que lhes é extremamente perturbador. Basta citarmos o caso de Kokrenum e do grupo ~~xxx~~ da aldeia junto à sede do P.I. Como tinham planos de aumentar o rebanho bovino de sua propriedade, os índios resolveram que iam "investir" o dinheiro da castanha na compra de algumas cabeças. Para isto, os solteiros do grupo deram 200,00 cruzeiros cada um e os casados 100,00 cruzeiros. A comunidade entregou este montante (aprox. 2200,00 cruz.) ao "capitão", ^{que se} encarregou de efetuar a compra, assim que recebesse a sua tão falada "comissão" de onde tiraria o restante para completar o dinheiro. Como até fins de julho nada havia sido resolvido, evidentemente aquele dinheiro foi sendo lentamente gasto na compra de gêneros alimentícios, principalmente, para a família do "capitão" (em cuja casa comem os solteiros do grupo). Toda esta situação estava causando um profundo descontentamento do grupo até então, um embaraço no relacionamento do "capitão" para com os membros da comunidade. *O mesmo*

ocorria c/ Kinare, "capitão" da aldeia da Ladeira Vermelha.

§ Em fins de julho, já cansado de esperar, Kokrenum foi a Belém, disposto a resolver ^{a questão de} seu extremo interesse: ^{prometido} o pagamento da tal "comissão" pela produção da castanha. No entanto, com a ausência do Delegado Regional (que se encontrava adoentado) nada foi resolvido; disseram-lhe que o dinheiro ainda estava em Brasília e para que ele voltasse à Belém em meados de agosto. Estas "comunicações" lhe vinham sendo feitas de 15 em 15 dias desde meados de maio, final da safra deste ano. Soubemos recentemente que Kokrenum voltou à Belém em fins de agosto conforme o combinado. Antes disto, um alto funcionário daquela Delegacia Regional havia estado em Marabá, (que conta atualmente com uma Ajudância da FUNAI) e oferecido na ocasião uma quantia de 2000,00 cruz. a Kokrenum para remediar a situação até que esta se resolvesse definitivamente. O digno "capitão" não aceitou a oferta e foi em seguida à Belém, falar com o ^{proprio} Delegado Regional (que havia lhe prometido os 10,00 cruz. por hl). Ao invés desta quantia ^{ja sabia} (que Kokrenum ~~dizia~~ ^{dizia} saber que não seria paga), ele já estava pedindo 2,50 cruz. por hl.

* *uma "nuvem de fumaça" se lhes apresenta,* ^{uma vez} ~~na medida~~ ^{que} tal medida ~~encobre~~ ^{encobre} uma situação real: ^{dita} a ~~ditada~~ ^{dita} situação ~~da~~ ^{de} venda da...


 Diante disto, a contraoferta feita pelo Delegado ^{Reformal} foi de 7000,00 cruz.
 por toda a produção (o mesmo que lhe foi pago no ano passado), ou se-
 ja 1,75 cruzeiros por hectolitro, ^{alçando que não havia venda.} Diante da barganha degradante, ao
 sair chorando das dependências do gabinete do Delegado, o velho chefe
 Gavião declarou publicamente naquela Delegacia que "hã se tira mais
 castanha em Mãe Maria, não tem mais castanha, índio não trabalha mais!"
 tendo se retirado em seguida.

Como vemos, ~~estes acontecimentos~~ ^{estes acontecimentos} vêm dar um desfecho inesperado na situa-
 ção já bastante grave. Podemos considerá-los como a ruptura de um
 longo processo de exploração ^{econômica,} pura e simples, daqueles índios castanheiros.
 É o exato momento de pensarmos numa outra forma de comercialização
 desta castanha que poderá vir a ser feita pelos próprios índios Gavi-
 ões, uma vez que eles dispõem de conhecimento de certos mecanismos de
 mercado, indispensáveis a este tipo de atividade. O que propomos é
 que os castanhais explorados por eles atualmente venham a sê-lo ~~em~~
 de modo efetivo. O mercado, para eles, seria Marabá ao invés de Be-
 lém, o que diminui os custos. É possível inclusive que o ^{próprio} compra-
 dor se encarregue do transporte. Todas estas questões foram propostas

pelos próprios índios, aproveitando as possibilidades de concreti-
 zação de "idéias" antigas.
 A elaboração destas sugestões será apresentada por nós em breve
 no projeto de desenvolvimentos comunitários para o grupo.

Um fator importante que devemos levar em conta é exatamente a maneira como é gasto o saldo final que os índios recebem (individualmente na aldeia junto à sede do P.I. e coletivamente na aldeia da Ladeira Vermelha, obedecendo à maneira como trabalharam), ou seja, qual o nível de consumo desta renda obtida com o trabalho na castanha; ~~enfim~~, qual seria, na verdade o grau de dependência deste trabalho em relação às suas necessidades que têm que ser satisfeitas num âmbito fora da aldeia, em matéria de aquisição de bens, duráveis ou não, junto aos núcleos urbanos.

Mediante um levantamento feito junto aos índios, este dinheiro foi gasto da seguinte maneira, neste ano: contribuição ^{de toda a aldeia} para a compra do gado

~~todos, conforme já mencionamos~~

- compra de roupas e sapatos ~~malas~~
malas (para guardar a roupa)

gêneros alimentícios (café, açúcar, sal, óleo, leite em pó para as crianças) ~~malas~~

cartuchos, cigarros ~~malas~~

pagamento de empréstimos feitos entre os próprios membros da comunidade durante a safra ~~malas~~

pagamento a elementos ^{- índios -} que ajudaram a cortar castanha (para ajudar aqueles que tiraram pouco saldo - Cr\$ 15,00 por dia de trabalho, geralmente no final da safra)

pagamento de contas (compras fiado) e prestações em Marabá ~~malas~~

presentes para a mulher e filhos do "capitão", ~~principalmente solteiros e viúvos~~ como "pagamento" pela alimentação que recebem na casa do "capitão" (principalmente solteiros e viúvos)

pontes fixas, prótese (geralmente incisivos frontais que foram extraídos por falta de assistência dentária, no sentido de tratamentos)

isqueiro, óculos escuros, rádio, relógio, eletrola, pilhas, discos, cama e colchão, bicicleta, fogão à gás (alguns)

~~Como podemos observar, todos estes itens obedeceram aqui a uma classificação por ordem do mais necessário para eles ao mais supérfluo.~~

A posse destes últimos itens, considerados como bens duráveis, é tida como algo que lhes confere "status" dentro do grupo; a sua aquisição

é sempre feita a crédito, em estabelecimentos comerciais de "amigos" em Marabá. É importante enfatizarmos aqui, o papel das mulheres como estimuladoras do consumo junto ao grupo. É sempre devido a uma certa pressão exercida por elas, que os homens acabam adquirindo objetos como cama, colchão e fogão a gás para suas casas.

É importante ressaltarmos também que raros foram os casos de elementos (apenas dois no grupo) que ainda tinham algum dinheiro, ou porque ainda não tinham tido oportunidade de gastá-lo ou porque realmente "pouparam". Quando perguntávamos quais eram, segundo eles, as possibilidades de obterem algum dinheiro durante o "verão" (ou seja, até a próxima safra) estas eram vistas em termos de:

- venda de artesanato em Marabá (não para a FUNAI "porque ela enrola a gente", Antonio⁷⁰)
- - venda de milho, arroz (?) e banana
- esperar a próxima safra
- "não sei..."

Quanto à aquisição ^{dos} ~~destes~~ itens ~~considerados~~ superfluos, aqueles que o fizeram começam agora a perceber que aquela compra significa a privação de certos bens considerados necessários por eles, como cartuchos, sal, açúcar, café, óleo, querosene e leite em pó, que embora introduzidos são agora tidos como indispensáveis, assim como o são para qualquer regional que só tem trabalho (e dinheiro) durante a época da safra da castanha ^{de} (dezembro a maio, em geral, em toda a região produtora).

⁷⁰ Uma vez que a aquisição de peças de cultura material pela FUNAI não lhes traz vantagens, pois são compradas por um preço ao qual são acrescidos pelo menos 30% para revenda na ARTÍNDIA, a possibilidade de ampliação ^{do mercado para a} comercialização destes artefatos é vista pelos dois grupos de modo satisfatório. A iniciativa de aquisição de coleções por parte de Museus de Etnologia interessados é um estímulo à volta à confecção de artefatos tradicionais da cultura material, que se encontrava praticamente desaparecida, quase em vias de extinção total. O grupo deixa assim de fazer "colarzinhos" e "saias de índio" para carnaval sob encomenda de lojas de Marabá (vide relatório anterior). A comercialização de objetos tradicionais - cujo valor de troca sabem que é maior (dá mais trabalho para fazer, etc.) PODE LHEIS GARANTIR DIRETAMENTE uma pequena venda p/ a aquisição de seus necessários (principalmente no "verão", qdo.

Durante nossa permanência em Belém, obtivemos da 2ª DR informações ^{de que} ~~mais esclarecedoras~~. Está programada para este ano a elaboração de dois projetos - um de reaplicação efetiva da renda indígena e outro de exploração do produto para a próxima safra (que diante dos últimos acontecimentos acima mencionados, tais projetos ^{já} não se mostram ~~viáveis~~). São os chamados "Projetos Castanha", do Tocantins e do Xingu. Tais projetos estariam a cargo de dois funcionários lotados naquela Delegacia, os chefes dos Postos Gorotire (que é técnico agrícola) e Kokraimoro - ambos os Postos grandes produtores de castanha.

O chefe do P.I. Mãe Maria, Sr. Saulo Petean, havia elaborado um plano, relativamente junto com os índios, de desenvolvimento de atividades que beneficiariam toda a comunidade para um período de 6 meses - de julho a dezembro próximo. Tal plano foi de imediato elogiado ~~para~~ mas praticamente recusado pela 2ª DR, que alegou "falta de verba" disponível para sua execução.

Esperamos e inclusive sugerimos àquela Delegacia, que este plano, elaborado em bases reais, concretas, venha servir de orientação para os elaboradores ^{daquels referidos} ~~de tais~~ projetos de reaplicação da renda indígena (a qual, repetimos, há 3 anos pelo menos não ocorre em Mãe Maria). É importante ressaltarmos aqui que o plano apresentado pelo chefe do P.I. abrange relativamente, quase todos os pontos a serem aprofundados no Projeto de Desenvolvimento Comunitário para as aldeias Gaviões e que, posto em prática, funcionaria como um "piloto" (até dezembro) para este Projeto a ser elaborado por nós em setembro, junto ao DGPC em Brasília. Todos estes pontos foram devidamente colocados e frisados junto à 2ª DR de Belém, que se propôs, "na medida do possível", a pô-lo em prática conforme nossa sugestão, para que possamos desenvolver nosso trabalho num clima harmonioso. Em a colaboração daquela Delegacia Regional é indispensável para que, sem problemas, que por sua vez advindos só virão prejudicar o próprio desenvolvimento da comunidade indígena.

Desde já podemos afirmar que ^{de fato} existem condições entre os elementos da comunidade para que venham, ~~possivelmente~~ já na próxima safra (diante do ocorrido) efetuar a comercialização autônoma da castanha, conforme seus interesses.

ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Com o término da safra da castanha, os índios Gaviões ficam praticamente liberados para suas atividades de "verão" ^{tradicional,} ou seja a colheita, derrubada e plantio das roças, época esta que é marcada pela realização de cerimoniais nas aldeias.

Quando chegamos, em fins de maio último, eles estavam terminando de colher o arroz, produto introduzido e largamente cultivado pelos Gaviões há algum tempo para consumo do grupo. Como a roça é coletiva, trabalharam nesta tarefa praticamente todos os homens e mulheres da aldeia. Ambos os sexos tinham ^{nos} respectivas partes ^{na roça 7/0} de trabalho da colheita, determinadas pelo "capitão" do grupo. O arroz ^{vai sendo} trazido em paneiros da roça para a aldeia, onde ~~é~~ armazenado, em rama, numa parte da casa dos solteiros (que havia sido fechada com esteiras de palha de ~~ba~~caba para justamente servir de depósito).

→ Este arroz garante a alimentação de todo o grupo durante todo o "verão". Após ter ficado por alguns dias exposto ao sol (sobre esteiras, para secar), ~~à medida do necessário,~~ o arroz vai sendo socado no pilão, pelas mulheres principalmente, à medida do necessário, e em quantidade suficiente para dois ou três dias para a família nuclear. Depois de socado, é peneirado e guardado em casa para o consumo. ~~Como é de conhecimento do grupo o fato de o arroz ser um produto facilmente comercializável na região (Cr\$ 150,00 a saca de 60 kg, com casca), a possibilidade da produção de um excedente agrícola comercializável por eles mesmos,~~ ^(portanto não utilizável) é algo que lhes desperta interesse.* O mesmo ocorre com o milho, que este ano teve sua produção afetada devido à existência de larvas e lagartas na plantação ("lagarta come todas as folhas do milho, daí ele não cresce mais", segundo Ajanã). Diante disto, começaram em fins de julho, a abrir uma enorme roça nova para milho, arroz e amendoim, que terá condições de produzir o volume desejado só a partir do próximo "verão", segundo eles.

O milho já seco foi debulhado (julho) e parte ensacado, tendo ficado à espera de que conseguissem (os próprios índios) um "preço bom" em Marabá para vendê-lo ("por menos de 40,00 cruzeiros, a gente não vende mais", segundo Kokrenum).

* A banana (nas diversas variedades que cultivam) é um outro produto que, ~~apresentando excedentes, poderia vir a ser~~ comercializado, em caso de necessidade, ~~qualquer ela e vendida~~ ^{embora não apresente excedentes}.

O milho é aproveitado atualmente em pequena escala pelo grupo, pelo fato da produção ser baixa devido às pragas e ao solo, provavelmente. A aquisição de uma máquina manual de moer ^{seria de grande utilidade} ~~é um dos objetivos da venda~~ ^(milho) ~~de parte deste milho~~, pois seria mais fácil para todos a obtenção de "farelo" (fubá) para fazer mingau, ao invés de socá-lo no pilão (onde, por ficar grosso é aproveitado para a "passoca" junto com castanha).

A roça de mandioca ~~mandioca~~ (mandioca brava) foi limpa e replantada em fins de junho e começo de julho. Devido à sua grande extensão, os índios Gaviões de Mãe Maria (aldeia junto à sede do P.I.) têm mandioca o ano inteiro ("brava" e macaxeira) ambos os tipos utilizados praticamente em toda a alimentação, seja sob a forma de farinha ou de ^{bolos com carne} ~~bolos~~ ~~que~~ ~~preparam~~ ~~com~~ ~~massa~~ ~~de~~ ~~mandioca~~ ~~e~~ ~~de~~ ~~carne~~.

Fazer farinha é outra atividade na aldeia que sempre ocupa duas ou três pessoas (geralmente homens), ^{sendo sempre produzida para toda a comunidade.}

O feijão (comum e fava) foi plantado em fins de maio, época de poucas chuvas na área, início do "verão". As expectativas para a colheita deste ano, eram grandes quando saímos da aldeia. Segundo Kokrenum, "lá no 'Praialto' [aldeia do rio Praia Alta próximo à Itupiranga, onde estiveram] dava muita fava, aqui nunca deu, não sei porque, acho que é a terra..."

Através da iniciativa (tomada pelo chefe do Posto e sua esposa) de dar início (eles mesmos) à formação de uma horta do Posto, os membros da comunidade viram nisto um grande estímulo para a plantação para si de "novos"

alguns legumes ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ ^{cenoura,} (como tomate, ^{por exemplo}) e se mostraram muito curiosos em relação ao assunto. ^{Com os estudos sobre horticultura} ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ feitos pela Edi (professora da escola do P.I.),

durante nossa estadia em campo, um dos membros da comunidade - Manuel "velho" - logo se interessou e com entusiasmo passou a preparar uma pequena porção de terra, próxima ao igarapé Mãe Maria, formando canteiros para sua pequena horta, sob orientação e trabalho conjunto com a própria Edi. Em seguida, as mulheres do grupo manifestaram vontade de formar a sua horta também, tomando alguns canteiros daquela parte que ^{antes contra a vontade deste *} ~~que havia sido preparada por Manuel,~~ ~~As sementes e parte do implemento agrícola para o cultivo de hortas, como pulverizador, inseticida, etc. foram adquiridos por nós para os Gaviões, como parte do incentivo.~~

* L'por que elas não fazem uma pra elas, depois que eu já fiz tudo. elas vem! "

Desta maneira, os atuais funcionários do P.I. (Saulo e Edi) pretendem ir estimulando, aos poucos, o plantio de "novos" legumes (cujas técnicas de plantio poderão vir a ser transmitidas através da ^{própria} escola), melhorando o teor nutritivo da alimentação, o que contribui para um melhor estado de saúde do grupo em geral.

* As frutas são geralmente muito apreciadas pelos índios Gaviões. Próximo à aldeia há um pequeno pomar, formado ainda no tempo do ^{antigo} SPI - com ~~limas, limes~~ limeiras, limoeiros e mamoeiros (além das bahaneiras, que cultivam em larga escala). Mostraram-se muito entusiasmados com a doação de 30 mudas de laranjeira - doação esta feita em duas etapas, maio e junho ~~xxxxxx~~ pelo Dr. Walter Labonia Fº, então Diretor do CAUSP e por Regina Maria Rodrigues Giovanetti, (também ligada ao Causp) agrônoma da Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz" (Sorocaba) que nos orientou quanto ao combate às formigas cortadeiras - saúvas - existentes em grande quantidade na área, ~~que vêm atacando praticamente todas as árvores frutíferas próximas à aldeia, principalmente a mangueira e as mudas de laranjeira.~~

Este trabalho de combate às saúvas estava sendo realizado por um ~~dos~~ elemento da comunidade, Ajanã: aplicação de formicidas (granulado e líquido) por nós adquiridos nos "olhos" dos formigueiros, como são chamados. Ao deixarmos a aldeia, o grupo ~~seguia~~ continuava empenhado no extermínio destas saúvas, já que querem ver crescidas suas árvores ~~frutíferas~~.

Ainda quanto à colaboração da agrônoma ligada ao CAUSP, foram visitadas todas as roças dos Gaviões, de onde foram colhidas amostras de terra para exame de possibilidades ^{aproveitadas} do solo, testes a serem feitos naquela Escola de Agronomia, a pedido dos "capitães" das aldeias e do atual chefe do Posto. Esta medida vai provavelmente auxiliar na resolução dos problemas do milho ou mesmo da fava, além de possibilitar o estudo de outros cultivos que os Gaviões quiserem dar início.

* As sementes e parte do implemento agrícola para o cultivo de hortas (e melhoria da qualidade das roças), como pulverizador, inseticida, etc. foram adquiridos por nós p/ os Gaviões, como parte do incentivo.